



PODER JUDICIÁRIO

TRF/fls. \_\_\_\_

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO

*Gabinete do Desembargador Federal Élio Siqueira Filho*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (AGTR)  
Nº 138879/PE (0006964-42.2014.4.05.0000/01)  
AGRVTE : TRANSCAPITAL TRANSPORTE LTDA - EPP  
ADV/PROC : RICARDO AUGUSTO PONTES PIEDADE E OUTROS  
AGRVDO : FAZENDA NACIONAL  
EMBTE : FAZENDA NACIONAL  
ORIGEM : 30ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (JABOATÃO DOS  
GUARARAPES) JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO - PE  
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO SIQUEIRA FILHO - 1ª  
TURMA**

## RELATÓRIO

**O Senhor DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO SIQUEIRA FILHO:** Cuida-se de embargos de declaração opostos contra acórdão às fls. 226 por meio do qual a eg. 1ª Turma, à unanimidade de votos, deu provimento ao agravo de instrumento.

Insurge-se a embargante contra o aresto alegando que o mesmo encontra-se omissa uma vez que não apreciou questões essenciais ao deslinde da discussão.

Entende que a primeira omissão refere-se ao acórdão do colendo STJ, em sede de recursos repetitivos (RESP 1330737/SP), que trata da inclusão do ISSQN no conceito de receita ou faturamento.

Outra questão omissa diz respeito à falta de observância sobre a participação do ICMS/ISS no preço da operação comercial para qualquer efeito, cujo valor incrementa a receita bruta da pessoa jurídica, devendo compor a base de cálculo não só do PIS como também da COFINS.

Também incorreu em omissão o aresto ao desconsiderar que o legislador ordinário estabeleceu como base de cálculo do PIS e da COFINS a receita bruta e não a receita líquida.

Postula a embargante o acolhimento dos aclaratórios e a atribuição de efeitos infringentes.

Contrarrazões apresentadas (fls. 245/246).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO

TRF/fls. \_\_\_\_

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO

*Gabinete do Desembargador Federal Élio Siqueira Filho*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (AGTR)  
Nº 138879/PE (0006964-42.2014.4.05.0000/01)  
AGRVTE : TRANSCAPITAL TRANSPORTE LTDA - EPP  
ADV/PROC : RICARDO AUGUSTO PONTES PIEDADE E OUTROS  
AGRVDO : FAZENDA NACIONAL  
EMBTE : FAZENDA NACIONAL  
ORIGEM : 30ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (JABOATÃO DOS  
GUARARAPES) JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO - PE  
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO SIQUEIRA FILHO - 1ª  
TURMA**

### **VOTO**

**O Senhor DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO SIQUEIRA FILHO:** Os embargos de declaração são cabíveis quando o julgado apresentar omissão, contradição, obscuridade ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1.022, I a III, do Novo Código de Processo Civil.

Embora a embargante alegue que o aresto apresenta omissões, entendo que suas afirmações não merecem acolhida. Explico.

A partir do entendimento de que o ICMS não deve deixar de incidir sobre o PIS e a COFINS, desconsiderou a embargante que a decisão atacada tratou da suspensão da execução fiscal enquanto não julgada – em caráter definitivo – a ação que corre perante o Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral, no caso o RE n.º 574.707-PR.

O posicionamento adotado no aresto, portanto, foi no sentido de reconhecer que seria temerário por ora permitir o regular andamento da execução, com os riscos inerentes à realização de atos expropriatórios inclusive, enquanto a matéria de fundo não for devidamente apreciada na Corte Maior.

Ao distanciar-se da questão efetivamente decidida no acórdão a embargante retoma a matéria de fundo que não foi objeto de análise.

Assim, entendo que a pretensão destes embargos é a de suscitar a rediscussão da matéria sob alegação de vício no acórdão, a despeito de o regramento processual dos mesmos não contemplar essa possibilidade (NCPC, art. 1022, I a III).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.<sup>a</sup> REGIÃO  
*Gabinete do Desembargador Federal Élio Siqueira Filho*

---

TRF/fls. \_\_\_\_

Com estas considerações, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO  
aos embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 25 de agosto de 2016.

Desembargador Federal **ÉLIO SIQUEIRA FILHO**  
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO

TRF/fls. \_\_\_\_

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª Região

Gabinete do Desembargador Federal *Élio Siqueira Filho*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (AGTR)  
Nº 138879/PE (0006964-42.2014.4.05.0000/01)**

**AGRVTE : TRANSCAPITAL TRANSPORTE LTDA - EPP**

**ADV/PROC : RICARDO AUGUSTO PONTES PIEDADE E OUTROS**

**AGRVDO : FAZENDA NACIONAL**

**EMBTE : FAZENDA NACIONAL**

**ORIGEM : 30ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO (JABOATÃO DOS  
GUARARAPES) JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO - PE**

**RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO SIQUEIRA FILHO - 1ª  
TURMA**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO.  
INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA.  
IMPOSSIBILIDADE.**

1. Os embargos são cabíveis quando o julgado apresentar omissão, contradição, obscuridade ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1.022, I a III, do Novo Código de Processo Civil.
2. Não há como acolher os aclaratórios quando a discussão suscitada pelo embargante busca a reapreciação da matéria já decidida. É o caso dos autos.
3. Embargos de declaração conhecidos e não providos.

### **A C Ó R D ã O**

Decide a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes nos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 25 de agosto de 2016.

Desembargador Federal **ÉLIO SIQUEIRA FILHO**  
RELATOR